

Tratamento indispensável

O Distrito Federal recebe, neste fim de semana, duas importantes obras: a Estação de Tratamento de Esgotos Norte e os primeiros 20 quilômetros do metrô. São ações vitais para que Brasília matenha sua condição de modernidade na medida em que incidem sobre dois aspectos típicos da problemática social moderna que são a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida nos grandes centros urbanos. São questões que merecem ser analisadas com certo detalhamento. Por esse motivo, no editorial de hoje abordaremos a primeira, inaugurando ontem.

A curta história do Lago Paranoá é uma síntese da evolução da consciência ecológica. Ao ser formado com a construção de sua represa, a poluição, embora existisse, obviamente, ainda não havia dado origem a seu antídoto. Tratava-se apenas de obter um reservatório de água e uma fonte de energia hidrelétrica. Utilizá-lo como destino de detritos era natural. Até a década de 80, a situação foi se deteriorando, só não atingindo um nível mais grave porque, ao contrário do que ocorria em outras cidades, o lago não era o destino de esgotos industriais.

A preservação e recuperação dos recursos hídricos são uma questão típica de nossos dias. A despoluição do Tâmesa, cuja degradação remontava à Revolução Industrial, há mais de 100 anos, foi a prova de que é possível ressuscitar um rio ou um lago. No Brasil, a conscientização foi mais lenta e sua transformação em atos mais difíceis, devido à falta de recursos. Os dois processos ocorreram simultaneamente durante a década passada, apontada por alguns economistas como a “década perdida”. Apesar das dificuldades, o DF destacou-se em relação às demais regiões metropolitanas. A Estação de Tratamento Norte foi iniciada em 87 e está concluída, enquanto apenas no ano passado se iniciaram, alguns ainda na fase de projeto, os programas de despoluição do Tietê, em São Paulo; do Guaíba, em Porto

Alegre; e da Baía de Guanabara, no Rio.

A tenacidade — e em alguns casos a falta de tato — de parte das pessoas que se dedicam à questão ambiental provoca, muitas vezes, uma reação sintetizada pela rejeição aos “ecochatos”. A verdade é que o problema é real e em grande medida está relacionado com os recursos hídricos. É provável que, se a poluição das águas seguisse se agravando no ritmo das últimas décadas, a humanidade chegaria a se ver obrigada a produzir água sintética e a buscar outras soluções pelo estilo.

A questão de fundo, no caso da poluição dos recursos hídricos, e que norteia os esforços de recuperação e preservação, é que, conhecendo-se a situação e sua evolução, caso não sejam tomadas medidas de caráter ambientalista, está em jogo a natureza racional do ser humano. Se o Planeta conta naturalmente com as condições que propiciaram o surgimento e a sobrevivência de uma infinidade de formas de vida, inclusive a humana, permitir ou contribuir para a destruição dessas condições em função de um somatório de interesses particulares e imediatistas para ter que recriá-las sinteticamente mais adiante, é uma insanidade.

A responsabilidade pelos recursos hídricos, de acordo com uma longa tradição do direito brasileiro, é do Estado. Os rios, lagos e demais fontes de água são um patrimônio nacional. Sua preservação muitas vezes conflita com os interesses particulares e imediatos, especialmente quando a questão envolve aspectos econômicos. É preciso, contudo, que tanto os ocupantes de cargos públicos quanto a população tenham consciência de que obras como a Estação de Tratamento não são uma concessão a “ecochatos”, mas uma iniciativa indispensável para evitar a deterioração da vida e que seja necessário utilizar recursos no tratamento de doenças provocadas por uma contaminação, que não ocorreria se a poluição fosse contida.